



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

PLANEJAMENTO, DIREITO E JUSTIÇA. SISTEMATIZANDO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO. UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.

JAIRO SALVADOR DE SOUZA (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO) -

jairosalvador@lwmail.com.br

Bacharel em Direito, Mestre em Direito pela UNISAL. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UNIVAP.

Defensor Público do Estado de São Paulo.

PAULO ROMANO RESCHILIAN (UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA) - pauloromano@univap.br

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Mogi das Cruzes. Graduação em Bacharel Em História pela USP (1991). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1999). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela USP (2004). Professor da UNIVAP.

Planejamento, Direito e Justiça. Sistematizando práticas de resistência no território.

Uma proposta metodológica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende oferecer uma contribuição para a sistematização de experiências de enfrentamento à racionalidade de produção neoliberal do espaço, apresentando uma proposta de método de sistematização.

Parte-se da análise das práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, implementadas desde o início do Século XXI, tendo por objeto empírico os processos de resistência desenvolvidos pelos moradores dos núcleos urbanos da Vila Nova Tatetuba (Morro do Regaço), Pinheirinho e Jardim Nova Esperança (Comunidade do Banhado), procurando-se identificar como tais insurgências se articulam ou podem se articular com os princípios do Planejamento Insurgente e de Justiça Socioespacial.

Todos os avanços científicos e tecnológicos engendrados pelo modo hegemônico de produção capitalista, que predomina no planeta desde o declínio da ordem feudal, foram insuficientes para resolver alguns dos mais básicos problemas da humanidade, exacerbados pela aguda concentração da renda do trabalho e do capital nos países centrais e na manutenção ou aumento das desigualdades socioespaciais nos países do sul global.

Embora não sejam exclusividade do capitalismo, nem tenham com ele se originado, as desigualdades socioespaciais constituem elementos estruturais essenciais da sua lógica, indissociáveis da sua gênese e ontologia.

A lógica de afastamento primitivo do camponês de seus meios de subsistência e de produção remanesce, nos dias atuais, no estado de cercamento permanente em que os pobres das periferias do sul global são submetidos, ao serem afastados do usufruto da produção coletiva das benesses da cidade, cuja face mais visível é revelada pela segregação socioespacial, mas que derivam, no mais das vezes, do processo de acumulação por despossessão (HARVEY, 2005), resultantes de ajustes espaciais ou temporais para resolver a sobreacumulação capitalista, tendo o Estado como seu principal viabilizador.

Acrescenta-se a esse contexto histórico, a forma pela qual, derivado de uma condição do “projeto colonialista” de fundamento agrário-exportador, escravista, patriarcal e patrimonialista, o capitalismo no Brasil adquiriu particularidades nas quais a racialização da classe trabalhadora e a posterior urbanização com baixos salários (Maricato, 2000) foram estruturais para a configuração de uma sociedade desigual em sua matriz socioespacial.

Nessa luta entre a racionalidade (eurocentrada) de acumulação contínua e intermitente e as forças sociais que, por necessidade ou idealismo, se lançam a desafiar, no território usado, a ordem hegemônica imposta, negando vigência à sociabilidade capitalista, em seus espaços de dominação, surgem as frinchas da possibilidade de transformação.

Entender os mecanismos que envolvem essas práticas contra-hegemônicas transescalares, protagonizadas por sujeitos coletivos urbanos, que desafiavam a ordem posta, constitui o objetivo do presente trabalho.

O presente artigo é dividido em quatro partes, além da introdução e conclusão. Inicialmente, descrevem-se as políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos e como elas se articulam com a produção neoliberal do espaço. A segunda parte do trabalho cuida dos processos de resistência protagonizados pelas comunidades da Vila Nova Tatetuba, Pinheirinho e Banhado. A terceira parte é dedicada à descrição da metodologia utilizada e da análise dos dados. Por fim, são apresentados os resultados e discussão, limitados ao eixo planejamento, consideradas as limitações de espaço.

PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESFAVELIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. A POBREZA ATRAPALHANDO OS NEGÓCIOS.

A cidade de São José dos Campos situa-se no interior do Estado de São Paulo, em sua porção leste, na região do Vale do Paraíba, ostentando a maior economia da região metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte de São Paulo, com uma arrecadação de aproximadamente 2,6 bilhões de reais, no ano de 2020 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2021).

Constitui-se no município polo da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Lei Complementar 1266/2012) na qual vivem cerca de mais de 2,5 milhões de habitantes.

Figura 1: Mapa situação geográfica do Município de São José dos Campos



Fonte: EIA Via Banhado e Google Maps®, adaptado pelo autor.

O município possui localização estratégica, situando-se no principal eixo viário entre as duas maiores metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo, com fácil acesso ao Litoral Norte do Estado, Sul de Minas Gerais, Sul Fluminense e Serra da Mantiqueira, tudo a menos de duas horas de viagem em veículos automotores, sendo cortado pelas Rodovias Presidente Dutra e Carvalho Pinto.

De acordo com o último levantamento efetuado pelo IBGE, a população estimada de São José dos Campos é de 737.310 habitantes (IBGE, 2021).

A economia local é dominada pela produção industrial e serviços, havendo significativa concentração de empresas ligadas à indústria automobilística, aeronáutica e aeroespacial.

O processo de industrialização do município teve início na década de 1930, havendo uma aceleração a partir da década de 1950, influenciada pela construção da Rodovia Presidente Dutra, período em que ocorreu a instalação do CTA (Centro Técnico Aeroespacial) e do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial).

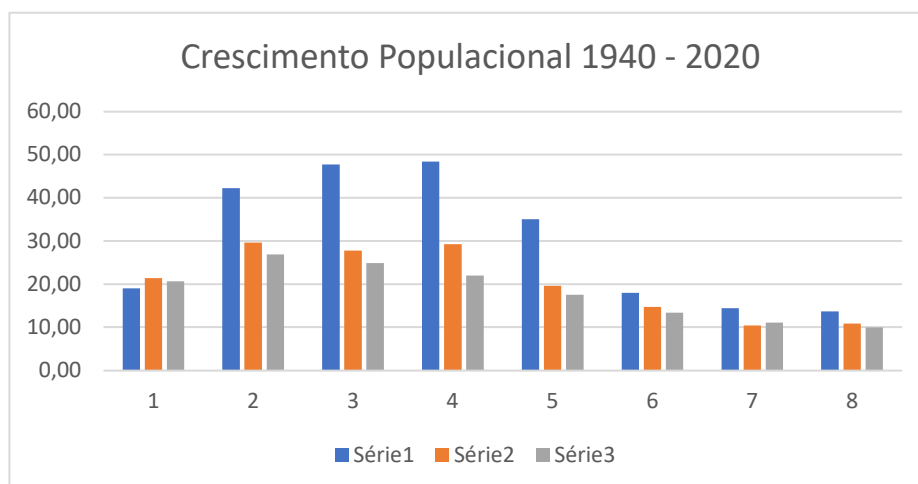
A edição do II Plano Nacional de Desenvolvimento PND oportunizou o fenômeno da migração das indústrias para o interior, ocorrido na década de 1970, encontrou na localização estratégica de São José dos Campos um espaço propício à atração de grande contingente migratório, que vislumbrava na cidade uma oportunidade de trabalho, decorrente da implantação de diversas indústrias no município (GOUVEIA, 2003). Nesse período, empresas ligadas à área militar se instalaram no município, como a Avibrás, Engesa e Embraer, atraindo outras empresas de alta tecnologia, fortalecendo o perfil de cidade “polo tecnológico” (COSTA, 2010, p. 124), que buscava se afastar do seu passado sanatorial, na tentativa de construir uma nova identidade “com as cores ideológicas da técnica e do progresso” (VIANNA, 2010, p.52), sintetizada no título de “cidade do avião”.

Se, por um lado, essa concentração de investimentos permitiu que a cidade alcançasse um destaque no cenário econômico regional e nacional, passando a atrair contingentes cada vez mais significativos de migrantes, por outro lado, como a infraestrutura urbana não acompanhou o crescimento populacional respectivo, especialmente quanto ao provimento de moradia para as classes populares, a ocupação de áreas sem interesse imediato para o mercado foi a alternativa encontrada pela população de baixa renda para assegurar sua inserção precária no processo de produção, engendrando situações de “transitoriedade permanente” (ROLNIK, 2016) que, cedo ou tarde, resultariam em conflitos fundiários como os estudados no presente trabalho.

O crescimento populacional de São José dos Campos se deu em índices acima da curva de crescimento do Estado de São Paulo e do Brasil, no período compreendido entre as décadas de 1960-1980, quando a população da cidade duplicou, enquanto os índices de crescimento estadual e nacional ficaram, no mesmo período, na faixa de 40% e 28%, respectivamente.

O descompasso entre o crescimento demográfico e a oferta habitacional para a população de baixa renda, intensificado a partir da década de 1970, engendrou a formação de núcleos urbanos com precárias condições de habitabilidade e a expulsão da pobreza para as periferias (COSTA, 2010).

Figura 2: Evolução populacional de 1940 a 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir e dados do IBGE.

As primeiras tentativas de remoção de favelas da área central da cidade ocorreram no final dos anos 1960, com a promessa do prefeito municipal à época em indenizar os moradores da favela denominada “Linha Velha”, localizada onde atualmente encontra-se o Paço Municipal (ROSA FILHO, 2002, p.57).

A história do planejamento urbano de São José dos Campos é marcada pelo pioneirismo na experimentação de soluções urbanísticas, nas diversas fases de seu desenvolvimento, que acabaram por criar uma marca distintiva de “cidade-laboratório” do planejamento estatal (SILVA, 2020, p. 176).

O primeiro plano de desfavelização do município foi concebido em 1977 (ROSA FLHO, 2002), com o objetivo inicial de urbanização dos espaços ocupados por essas comunidades, sendo, logo depois, substituído por um plano de erradicação de favelas, formalizado através da criação da Empresa Municipal de Habitação (EMHA) pela Lei nº 2007/78, que, em seu artigo 2º, “b”, estabelecia, dentre as suas finalidades, o planejamento e execução de programas de erradicação de favelas, cortiços e outras habitações consideradas inadequadas e a “higienização” das áreas ocupadas (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1978).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1995 (Lei Complementar nº 121 de 27 de abril de 1995) estabeleceu uma nova abordagem jurídica no tratamento da questão da Habitação de Interesse Social no município, ao eleger como diretriz de atuação do Poder Público a “implantação de programas de urbanização de núcleos e favelas, intervenção junto às áreas de risco, loteamentos clandestinos, irregulares e conjuntos habitacionais”, articulando-o com uma política habitacional (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1995).

Introduziu, ainda, alguns instrumentos jurídico-urbanísticos avançados para a época como as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS (art. 22, VI, “f”), o parcelamento ou edificação compulsórios e o IPTU progressivo no tempo, com possibilidade de posterior desapropriação, com pagamento mediante títulos da dívida pública, caso não cumprido o parcelamento compulsório.

Entretanto, a efetivação desses instrumentos urbanísticos previstos no PDDI de 1995, não chegaram a se concretizar, seja pela ausência de regulamentação, seja pela sucumbência às pressões dos grupos de interesses.

Seguindo a onda de mudanças nas políticas urbanas, verificada no final do Século XX, inspiradas no ideário neoliberal, baseado no planejamento estratégico-empresarial e no city marketing (SANCHEZ, 1999; VAINER, 2000), o programa de desfavelização joseense passa a ser priorizado como uma estratégia fundamental para qualificação da cidade na competição por investimentos.

A cidade concebida como mercadoria (VAINER, 2000) tem um consumidor exigente, onde a pobreza é tolerada, mas não deve ser exposta ou fazer parte da paisagem.

Os conflitos fundiários que foram objeto da presente sistematização retratam formas de resistências a esse projeto de cidade, sintetizado na frase dita por um representante do setor imobiliário, durante uma conversa informal sobre mudanças na lei de zoneamento: “ruim para a cidade, mas bom para os negócios” (informação verbal).

AS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESFAVELIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

Três casos de resistência às remoções ou tentativas de remoções compulsórias multitudinárias, ocorridas em São José dos Campos, desde o início do Século XXI, formam a base empírica do presente estudo: os casos da Vila Nova Tatetuba, do Pinheirinho e do Jardim Nova Esperança (Comunidade do Banhado).

As limitações de espaço neste trabalho impedem que se ofereça uma descrição detalhada dos três casos, pelo que traçaremos apenas linhas gerais, apontando os elementos comuns que relacionam as práticas de resistência às políticas públicas de desfavelização, no contexto da produção neoliberal do espaço.

Para uma descrição detalhada sobre esses três casos, remetemos o leitor aos estudos desenvolvidos por Reschilian (2004) e Souza (2021), no caso da Vila Nova Tatetuba; Andrade (2010), Ginjo, (2016), Suave (2016); Teixeira Filho (2016) e Milano (2017), no caso Pinheirinho; e Tavares & Fantin (2019), Silva (2020) e Souza (2021), no caso do Banhado.

O primeiro traço comum, evidenciado nos três casos, refere-se ao envolvimento direto do Poder Público local nos conflitos fundiários urbanos, independente da titularidade registral da área, como podemos ver no Quadro 1.

Os três conflitos foram levados ao Judiciário, com desfechos desfavoráveis aos moradores da Vila Nova Tatetuba e Pinheirinho, remanescendo situação de indefinição em relação aos moradores do Banhado.

Quadro 1 – Informações Gerais sobre os Núcleos Habitacionais.

	Nova Tatetuba (Região Leste)	Pinheirinho (Região Sul)	Banhado (Região Central)
Início da Ocupação	1960	2003	1931 ¹
Desocupação Forçada	2003	2012	-
Titular Registral da Área em disputa	Particular	Particular	Público/Particular
Número de Famílias	299	1.863	461
Autor da Ação que deu origem ao despejo²	Poder Público/Particular	Particular/Poder Público	Poder Público
Uso pós-desocupação	Viário	Abandonado	Viário/Ambiental

Fonte: Elaborado pelos autores

Nos três casos, os maiores beneficiários ou potenciais beneficiários da atividade estatal foram os titulares registrais das áreas em disputa que tiveram, às expensas dos cofres públicos, as posses reincorporadas aos seus patrimônios para voltar a abandoná-las, como no caso do Pinheirinho ou para receber uma vultosa indenização pela implementação de uma via expressa (Via Cambuí), no caso da Vila Nova Tatetuba (Figura 3).

Dois dos três núcleos (Vila Nova Tatetuba e Banhado) foram diretamente atingidos por projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): o Programa Habitar Brasil (BR 0273) e Programa de Estruturação Urbana (BRL 1116), demonstrando as interrelações existentes entre os interesses locais aparentes e as lógicas heterotópicas subjacentes que operam em diversas escalas para produção e reprodução da ordem hegemônica, na tentativa de qualificar a cidade para competir por investimentos externos.

Figura 3: Foto Aérea da Vila Nova Tatetuba/Morro do Regaço, antes da desocupação (1997).



Fonte: BID (2011)³.

¹ Segundo Rosa Filho (2011, p. 45).

² O termo “despejo” será utilizado em seu sentido vulgar, como sinônimo de remoção compulsória, não se ignorando a acepção que a técnica jurídica lhe atribui, relacionada exclusivamente aos contratos de locação.

³ Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38813912>.

Figura 4: Imagem do Morro do Regaço, atualmente (10/06/2020).



Fonte: Google Earth®

Ao perceberem a pouca efetividade de se prosseguir no enfrentamento exclusivo do poder local nos espaços convidados do direito oficial, e da necessidade de mobilização das diversas escalas de poder envolvidas na implementação da política pública, os moradores da Vila Nova Tatetuba e do Banhado adotaram uma estratégia transescalar de atuação, buscando a responsabilização dos financiadores dos projetos e das demais escalas de poder envolvidas na implementação das políticas públicas que os atingira, logrando alcançar resultados mais efetivos que os obtidos na arena do judiciário.

Tanto os moradores desalojados da Vila Nova Tatetuba, quanto os moradores do Banhado apresentaram denúncias formais ao BID, subscritas pela Central de Movimentos Populares, dando início a processos de investigação, conduzido pelo Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI), órgão vinculado ao BID.

A intervenção direta do BID nos casos deu-se em razão do reconhecimento da não observância das políticas operacionais estabelecidas pela instituição financeira na implementação dos projetos por ele financiados.

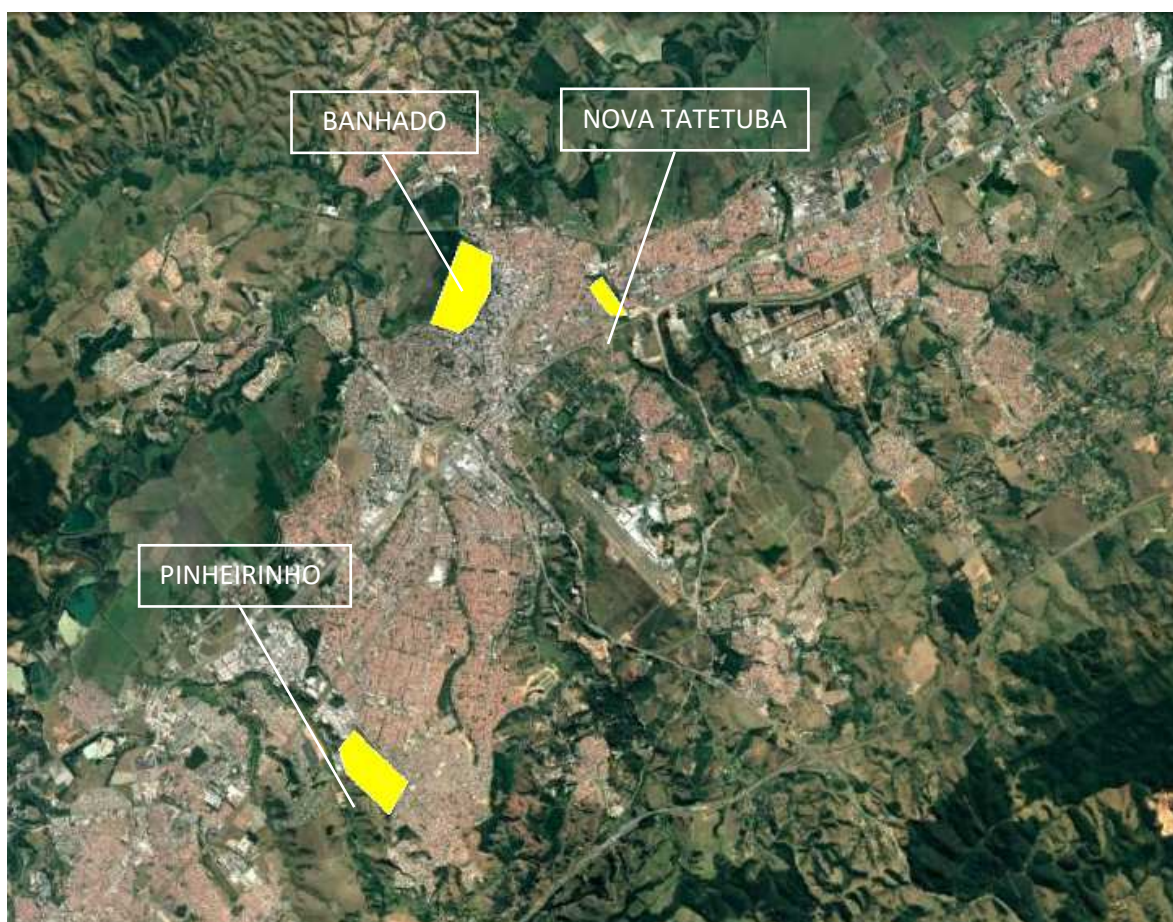
O questionamento da política pública implementada no município, efetuado junto à fonte de financiamento, procurou chamar a atenção para a corresponsabilidade das instituições financeiras internacionais na implantação de programas ou projetos que impactaram negativamente, de forma direta ou indireta, as populações vulneráveis, explorando a contradição entre o discurso institucional de redução da pobreza e respeito aos direitos humanos, contidos nas políticas operacionais do Banco, e os resultados reais produzidos na escala local.

Explorando as brechas das normas operacionais da instituição financeira, os moradores dessas duas comunidades obtiveram relativo êxito em suas iniciativas. Os moradores do Banhado conseguiram a retirada do projeto da via Banhado, obra que os atingiria frontalmente, do pacote do empréstimo destinado pelo BID ao Programa de Estruturação Urbana do município, afastando, temporariamente, o risco de remoção compulsória.

Os moradores da Vila Nova Tatetuba obtiveram um acordo com a Prefeitura, mediado pelo MICI, que lhes garantiu o atendimento habitacional no Jardim Brasília, bairro próximo ao Morro do Regaço, de onde foram removidos. Obtiveram, ainda, pela via judicial, uma indenização pelos danos morais e materiais sofridos pela desocupação forçada.

Outra característica comum aos três núcleos extintos ou sob ameaça de extinção, refere-se à localização desses núcleos em áreas fortemente adensadas, dotadas de toda infraestrutura no entorno e com grande valorização imobiliária, conforme pode-se constatar na figura 5.

Figura 5 – Localização das comunidades



Fonte: Google Earth ®. Adaptado pelos autores.

A violência institucional é outro marcador presente nos três casos, com destaque para os casos do Pinheirinho e da Vila Nova Tatetuba, consideradas

as formas violentas como foram cumpridas as ordens judiciais de desocupação. Não obstante a violência pontual dos episódios de reintegração, os relatos apresentados pelos moradores das três comunidades descrevem um cotidiano de dominação e opressão exercidos através de violência sistêmica, estrutural e institucionalizada, sendo identificadas, no curso das seis rodas de conversas, 408 referências, envolvendo 267 eventos relacionados a situações de violência vivenciadas pelos moradores das três comunidades.

Por fim, destacamos o traço comum mais evidente nas lutas desenvolvidas pelos moradores das três comunidades que é a forte vinculação do eixo de resistência à permanência no território, ao direito de permanecer, ao direito de ser, de afirmar e reafirmar suas identidades no território.

Os slogans adotados por cada uma das comunidades como bandeiras de luta (“Voltar ao Morro”, “O Pinheirinho é Nosso” e “Banhado Resiste”) são ideias-força que expressam esses processos de territorializações criando territorialidades.

Como acentua Zibechi, trata-se de uma luta pela preservação das formas de vidas heterogêneas que se mantém e se expandem graças à resistência dos movimentos sociais ou “de sociedades outras em movimento” (ZIBECHI, 2015, p. 111).

METODOLOGIA

A proposta metodológica utilizada na sistematização das experiências teve como base ontológica o pensamento crítico, o direito e o planejamento insurgentes, sob a ótica dos que se situam para além da linha abissal, ou, nos termos utilizados por Boaventura de Sousa Santos, um método não extrativista, identificado com os olhares subalternos, onde afirma-se a necessidade de se priorizar o “estudar-com”, ao invés de “estudar-sobre” (SANTOS, 2018):

Os olhares subalternos são diferentes e desiguais. Criados em exclusão abissal, os olhares subalternos veem coisas que o investigador não vê; mesmo quando os olhares subalternos e o investigador veem as mesmas coisas, a forma como avaliam ou atribuem sentido ao que veem raramente é coincidente. (Idem, p. 289)

Ao se utilizar de um método identificado com os olhares subalternos (SANTOS, 2018), tem-se como expectativa não a reprodução da lógica extrativista dos métodos de pesquisa coloniais, denunciada por Boaventura de Sousa Santos do “estudar-sobre”, mas a afirmação da necessidade de “estudar-com” (idem).

O trabalho de campo foi realizado diretamente com os atingidos pelas políticas públicas de desfavelização, através do qual se buscou reconstruir e sistematizar os eventos diretamente relacionados às remoções ou tentativas de remoções compulsórias e as práticas de resistência e, ou, de insurgência, identificando pontos em comum, ações, estratégias e escalas de atuação.

O trabalho de campo com os atingidos permitiu uma melhor compreensão de como as práticas insurgentes e de resistência às políticas públicas de desfavelização, se articulam com a redução ou exacerbação da desigualdade e da injustiça socioespacial.

A partir da análise dos três casos de remoções compulsórias procurou-se investigar a existência de relação entre o nível de organização, a atuação transescalar, a forma e o grau de resistência/insurgência dos sujeitos coletivos envolvidos, com a produção, preservação ou supressão de direitos, a distribuição de recursos no território e sua influência na alteração do nível de efetivação de (in) justiça espacial.

A pesquisa aqui apresentada foi do tipo participante, lastreada em estudo de caso e análise qualitativa, com desenvolvimento de trabalho de campo junto a três grupos focais, compostos por representantes das comunidades atingidas pela política pública de desfavelização implementada no Município de São José dos Campos, a partir do início dos anos 2000 (Banhado, Pinheirinho e Nova Tatetuba).

O critério de escolha utilizado para seleção dos integrantes dos grupos focais considerou a legitimidade dos atores envolvidos, a partir do reconhecimento público dos interlocutores pelas comunidades e pelo Poder Público, nos processos de negociações instaurados para cada caso.

Na comunidade do Banhado, o diálogo foi estabelecido com membros da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança e da Central de Movimentos Populares, entidades responsáveis pela interlocução com o Poder Público, com o BID e com o MICI, nos termos da denúncia apresentada àquele Mecanismo (MICI), sob o nº MICI-BR-2011-020.

Da mesma forma, na comunidade da Vila Nova Tatetuba, o diálogo foi estabelecido com representantes da Central de Movimentos Populares e com os membros da Comissão de Moradores que os representaram nas negociações encetadas junto ao Poder Público local, ao BID e junto ao MICI, nos termos da denúncia apresentada àquele Mecanismo sob o nº MICI-BR-2011-019.

Na comunidade do Pinheirinho, o diálogo foi estabelecido com membros da Associação de Moradores que os representaram nas negociações com o Poder Público, antes, durante e depois da desocupação forçada, ocorrida em 22 de janeiro 2012, considerando a participação nas mesas de negociação, atos processuais e nas reuniões denominadas “pontos de controle”.

A abordagem prévia dos pesquisados foi realizada através de conversa pessoal com cada um dos potenciais participantes, já anteriormente identificados, ocasião em que foram explicados os objetivos da pesquisa, sua duração, a proposta metodológica, os potenciais riscos e benefícios, a garantia de sigilo sobre a identidade dos participantes, a possibilidade de refletir sobre aceitar ou não participar, de poder se retirar a qualquer momento, bem como a leitura e fornecimento de cópia do Termo de Livre Consentimento Esclarecido, para que analisassem e refletissem sobre a conveniência de participar ou não.

Os que aceitaram participar na pesquisa foram convidados para uma reunião preparatória, com todos os participantes, onde foram recolhidos os TCLE's, apresentados e discutidos os roteiros de reflexão, as regras dos encontros, o cronograma de realização das atividades, além do esclarecimento de eventuais dúvidas que pudessem surgir.

A fim de minimizar a possibilidade de a adesão ao projeto decorrer de temor reverencial, subordinação ou constrangimento em desagradar o pesquisador, foi incluído, com destaque, um item específico no TCLE, garantindo

inexistir qualquer possibilidade de represália ou tratamento discriminatório, em caso de não concordância em assinar o termo ou de desistência de participação na pesquisa, a qualquer tempo.

O método de abordagem utilizado para obtenção de dados/informações e construção de conhecimento coletivo foi a roda de conversa. Rodas de conversa, segundo Moura & Lima,

[...] consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta” (MOURA & LIMA, 2014, p. 102).

As atividades foram desenvolvidas no curso de quatro semanas, sendo realizadas duas rodas de conversas com cada grupo focal e uma roda com todos os participantes, no período de 18/01/2020 a 09/02/2020.

A roda geral (com todas as comunidades) foi realizada em 09 de fevereiro de 2020, pouco antes da adoção de medidas restritivas de isolamento social por força da pandemia do coronavírus.

A proposta das rodas envolve a construção coletiva do conhecimento, com a sistematização das experiências vividas, a partir de uma reflexão sobre os processos sociopolíticos que protagonizaram em suas lutas de resistência às políticas públicas de desfavelização implementadas em São José dos Campos nos últimos vinte anos.

O instrumento utilizado na sistematização das experiências seguiu a proposta metodológica apresentada por Oscar Jara Holliday, baseada nos cinco tempos: O ponto de partida, as perguntas iniciais, a recuperação do processo vivido, a reflexão de fundo e os pontos de chegada (HOLLIDAY, 2006).

Adotou-se, como número mínimo para realização das atividades a presença de pelo menos quatro participantes de cada comunidade.

Cada roda teve a duração aproximada de três horas, por cada encontro, a fim de não torna-las exaustivas aos participantes, sendo estabelecido um intervalo, de 20 minutos, para um lanche coletivo.

As rodas de conversa foram organizadas por eixos temáticos vinculados aos objetivos da pesquisa, conforme roteiros previamente discutidos com os participantes, contemplando, a partir de perguntas provocativas do debate, a história de formação do núcleo urbano, a organização da comunidade, a atuação transescalar; as formas, as estratégias e as táticas de resistência/insurgência dos sujeitos coletivos envolvidos; além das formas de produção, preservação ou supressão de direito e a percepção dos sujeitos coletivos sobre a (in)justiça socioespacial.

As rodas de conversa foram mediadas pelo pesquisador responsável, encarregado por zelar pela manutenção de diálogo horizontal, da livre expressão das ideias e opiniões e do foco nos objetivos dos encontros.

Os diálogos foram gravados em áudio e vídeo e armazenados em mídia digital, deglavados, desidentificados e analisados.

A desidentificação que precedeu a análise de dados foi realizada através dos códigos atribuídos aos TCLE's de cada participante.

Na produção derivada da pesquisa, foi assegurada a garantia de não identificação dos participantes através da atribuição de nomes fictícios, escolhidos pelos próprios participantes, de forma individual e sigilosa.

O material produzido foi armazenado em local seguro, devendo permanecer íntegro por pelo menos cinco anos após o término do projeto.

A proposta teórico-metodológica adotada para análise dos dados aproxima-se do roteiro desenvolvido por Gohn (1997), baseado na “articulação das premissas macro da análise estrutural marxista-gramsciana com categorias micro, presentes na teoria dos novos movimentos sociais” (GOHN, 1997, p.254), extraindo-se dos eixos planejamento, direito e justiça as categorias analíticas que permitiram articular os movimentos de resistência à lógica hegemônica heterotópica e a sua concretização no território, ao mesmo tempo em que procura evidenciar as suas contradições internas.

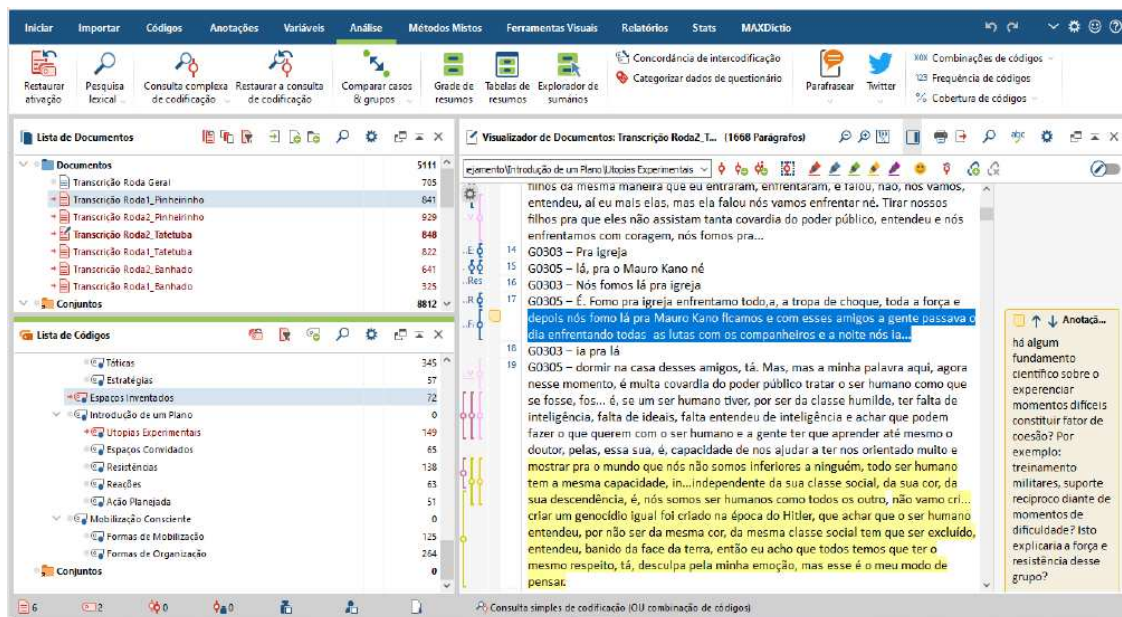
Para Gohn (1997),

Os elementos internos básicos de um movimento social a ser pesquisados, enquanto parte de suas categorias de análise, são: suas demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, suas articulações. Nas articulações deve-se considerar os níveis internos e externo. No interno deve-se pesquisar sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas. Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral - enquanto interlocutores do movimento - e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos de lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações com a Igreja e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil, como o pequeno e médio empresários e suas organizações; suas relações com a mídia em geral. O conjunto das articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo. Devem ser pesquisadas ainda as representações que eles têm de si próprios e do outro; suas conquistas e derrotas; e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias. (GOHN, 1997, p. 255).

Considerou-se, assim, na análise dos dados, uma categorização prévia das unidades de comunicação discursivas (enunciados), subdividida em três grandes eixos: Planejamento, Direito e Justiça.

Os diálogos ocorridos nas rodas de conversa foram transcritos e organizados com a utilização do programa MAXQDA®, tomando os segmentos como unidades de comunicação discursivas.

Figura 6 – Tela do Programa MAXQDA®



Fonte: Elaborado pelos autores.

As unidades de análise discursivas foram determinadas a partir de uma perspectiva dialógica, considerando as trocas individuais, o contexto grupal e intergrupal, sendo considerada a dinâmica própria dos grupos focais, que “permite aos participantes produzir suas próprias questões, visões e conceitos e perseguir suas próprias prioridades nos seus próprios termos, em seu próprio vocabulário” (BARBOUR & KITZINGER, 1999, p. 7. Livre tradução), pelo que foram mantidos nas transcrições as eventuais contrariedades à norma culta de registro da língua.

Buscou-se a identificação de conflitos, consensos e ambiguidades, contemplando as categorias relacionadas a cada um dos três eixos acima assinalados e considerando o referencial teórico utilizado em cada um deles.

A análise qualitativa, efetivada a partir desses eixos, categorias e subcategorias possibilitou o estabelecimento de conexões e comparações entre as três experiências retratadas no estudo, possibilitando a construção de fluxos, quadros e mapas conceituais comparativos, através dos quais pode-se evidenciar as relações entre a planejamento, direito e justiça socioespacial.

A análise categorial, considerado seu caráter multidimensional, buscou, sempre que possível, efetuar leituras transversais, não somente binárias (do tipo ausência/presença), identificando as redes de relações intra e Inter eixos.

Serviram de base para análise, as narrativas dos sujeitos envolvidos nos processos políticos aqui retratados, participantes das rodas de conversa.

As falas, extraídas dos lugares da memória que abrigam as memórias do lugar, dão coerência e sentido às lutas desenvolvidas e, de certo modo, às suas próprias existências. São paisagens de vida, descortinadas pelos olhares dos protagonistas das lutas, lapidadas pelo confronto de versões, nem sempre compatíveis entre si, mas que expressam o esforço de reconstrução das trajetórias, dos vínculos e dos afetos desenvolvidos, construindo o que Halbwachs (1990) designou de memória coletiva:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1990, p.22).

Afinal, como assinalou Chauí, na apresentação/arguição da tese de livre docência de Eclea Bosi, transformada em uma das obras de referência sobre memória, trabalho e o envelhecimento: “Lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” (CHAUÍ in BOSI, 1979, p. XXIII).

Acrescentaríamos, se lembrar não é re-viver, como afirma Halbwachs (1990), para os sujeitos participantes desta pesquisa, lembrar, muitas vezes, significou re-existir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como ressaltado, a sistematização das experiências foi construída a partir dos eixos *Planejamento, Direito e Justiça*, contemplando categorias relacionadas a cada um dos três eixos, considerando o referencial teórico utilizado em cada um dos eixos.

Como adverte Haesbaert, acerca da formulação de conceitos relacionados ao território, que estendemos às categorias de análises aqui utilizadas, “o que é” não deve ser a questão central, mas, antes, com que problemáticas nos envolvemos e “o que fazemos”, concretamente, a partir dos conceitos que construímos (HAESBAERT, 2009).

Neste sentido, as categorias de análises, a seguir apresentadas, pretendem servir como instrumentos de *me-diação* (meio-ação) (Idem) na compreensão/intervenção da/na realidade, integrando um esforço não extrativista que orientou o trabalho.

Não é por outra razão que a sistematização realizada partiu do lugar de fala das representações dos movimentos sociais, devendo ser compreendidas a partir do seu local de enunciação. São falas pós-escombros, que buscam a reconstrução coletiva das memórias de suas lutas, dentro de uma proposta de reflexão crítica acerca dos mecanismos de produção neoliberal do espaço e do potencial instituinte das práticas contra-hegemônicas transescalares, mediadas por um planejamento insurgente que aspira à efetivação de justiça socioespacial.

Portanto, os quadros, as sínteses, as representações gráficas e as informações, apresentadas na sequência, não aspiram oferecer respostas definitivas, dados estatísticos precisos, com rigor matemático, tampouco oferecer a tradução exata da dimensão dos conflitos vivenciados e seus desdobramentos. Constituem apenas tentativas de tradução e apresentação de

possibilidades de leituras desses processos, a partir do olhar de sujeitos que exerceram papel destacado na construção dessas práticas insurgentes/instituintes.

Consideradas as limitações do presente artigo, limitaremos a exposição aos achados relacionados ao eixo Planejamento, remetendo o leitor ao trabalho completo, constante nas referências, para aprofundamento sobre os achados relacionados aos eixos Direito e Justiça.

Eixo Planejamento

Da análise do conteúdo produzido nas rodas de conversas, procurou-se identificar, com base no referencial teórico do Planejamento Insurgente, a partir da sistematização proposta por O'Brien (2014), os elementos objetivos que permitissem confirmar ou não a inclusão das experiências compartilhadas pelas três comunidades no campo desta espécie de planejamento, buscando-se responder a seguinte questão: tais práticas podem ser designadas como integrantes de um planejamento insurgente?

O'Brien (2014), em estudo sobre experiências protagonizadas por movimentos sociais da América Latina, concluiu que as práticas que integram o denominado planejamento insurgente apresentariam alguns elementos característicos em comum, quais sejam: (i) mobilização consciente de uma comunidade oprimida em torno de um conjunto de demandas; (ii) introdução de um plano ou política direcionado à comunidade com abertura de um espaço para sua participação; (iii) no uso de "espaços inventados" (MIRAFTAB, 2009) em meio a um repertório de ações e estratégias; e (iv) a prevalência do desenvolvimento da luta no nível local.

Mobilização Consciente

A primeira característica de um planejamento insurgente seria a existência de mobilização consciente de uma comunidade oprimida em torno de um conjunto de demandas, considerando que o compartilhamento de situações vivenciadas em estado de opressão geraria um senso de identificação, uma espécie de consciência coletiva da situação de indignidade, sobre parte de uma comunidade (O'BRIEN, 2014, pp.15-16).

A caracterização da mobilização consciente de uma comunidade oprimida envolve a investigação da intencionalidade das ações coletivas, das formas de organização e da mobilização dos sujeitos coletivos em torno das demandas comuns que veiculam.

As ocupações do terreno do Pinheirinho e do galpão da RFFSA (pelos moradores expulsos da Vila Nova Tatetuba) resultaram de ações planejadas e executadas de forma coletiva, presente a intencionalidade de construção de novas territorialidades.

Por sua vez, a resistência dos moradores do Banhado também apresenta essa intencionalidade (re) territorializante, evidenciada pela construção coletiva de um plano popular de regularização urbanística do bairro, com apoio da academia.

A auto-organização para viabilizar o atendimento às demandas iniciais, invariavelmente relacionadas à ausência de infraestrutura e à insegurança da posse, apresenta-se como uma característica comum às três experiências, demonstrando a existência de intencionalidade das ações insurgentes.

Assim, para efeito de sistematização, subdividimos essa primeira categoria do eixo planejamento em três subcategorias: (a) demandas iniciais, a partir do inventário das demandas que motivaram o rompimento da inércia e aglutinação em torno de reivindicações comuns; (b) formas de mobilização, utilizadas pelos movimentos e (c) formas de organização, inventariando o repertório de soluções organizativas indicadas pelos movimentos.

a) Demandas iniciais

O conjunto de demandas apresentadas como unificadoras das mobilizações das três comunidades podem ser sintetizadas em dois grandes grupos: (i) demandas por infraestrutura, equipamentos e serviços públicos; e (ii) demandas por segurança da posse.

b) Formas de mobilização

Em suas manifestações, os participantes das rodas de conversa fizeram menção direta a trinta e três formas de mobilização utilizadas no processo de enfrentamento à política de desfavelização no município.

Algumas formas de mobilização constituem variações da mesma modalidade, como, por exemplo, a ocupação, a ocupação de prédio público e a ocupação da prefeitura.

Às formas convencionais de mobilização (Manifestações, Atos, Passeatas etc.), somam-se outras formas criativas, como o protesto em forma de procissão, o uso de apitos e assobios para convocação de mobilização urgente e a realização de eventos em espaços religiosos.

A seguir, um quadro geral com o rol das formas de mobilização mencionadas pelos participantes das rodas de conversas e representações gráficas sobre as formas mencionadas com maior frequência por eles.

Quadro 2– Formas de Mobilização.

Formas de Mobilização	Pinheirinho	Tatetuba	Banhado
1. Abaixo-Assinado		X	
2. Acampamento		X	
3. Apito	X		
4. Assembleia	X	X	X
5. Assobio	X		
6. Ato	X	X	X
7. Bloqueio de Via		X	
8. Bloqueios	X		
9. Caminhada		X	
10. Cartazes		X	
11. Conversas Individuais			X
12. Convocações		X	
13. Coordenações	X		X
14. Eventos	X	X	X
15. Eventos nas Igrejas		X	
16. Fechamento de Via	X	X	X
17. Festa			X
18. Grupo de WhatsApp			X
19. Manifestação	X	X	X
20. Manifestação Criativa		X	
21. Marcha	X	X	
22. Mutirão	X		X
23. Núcleos		X	
24. Ocupação	X	X	
25. Ocupação da Prefeitura		X	
26. Ocupação de prédio público	X		
27. Panfletagem	X	X	
28. Passeata	X	X	X
29. Piquete	X		
30. Procissão		X	
31. Reuniões	X	X	
32. Utilização da Mídia		X	
33. Visitas domiciliares	X	X	X
Total de formas mencionadas	18	23	12

Fonte: Elaborado pelos autores.

c) Formas de organização

As formas de organização indicam os arranjos organizacionais (por vezes, institucionalizados) que as comunidades desenvolveram ao longo do período de enfrentamento da política de desfavelização, merecendo destaque o nível de organização da comunidade do Pinheirinho, confirmando os achados de Andrade (2010) sobre o entrelaçamento entre o cotidiano dos moradores e a política (ANDRADE, 2010, p. 49).

De todas as formas de organização mencionadas nas seis rodas de conversas que antecederam a roda final, apenas as reuniões periódicas foram citadas pelos três grupos, embora somente os representantes do Pinheirinho tenham apontado a frequência com que se reuniam.

Quadro 3 – Formas de Organização

Formas de Organização	Pinheirinho	Tatetuba	Banhado
1. Aliança com a Defensoria Pública		X	
2. Aliança com a igreja católica		X	
3. Alianças com outros movimentos		X	
4. Assembleias Semanais	X		
5. Associação a partidos políticos	X	X	
6. Associação com a CMP		X	
7. Associação com entidades internacionais		X	
8. Associação com o MST	X	X	
9. Associação com o MTST	X		
10. Associação com Sindicatos	X		
11. Cadastro de Moradores	X		
12. Criação de Comitê de Festa			X
13. Criação de Associação de Moradores			X
14. Criação de Comissão de moradores		X	X
15. Criação de entidades	X	X	
16. Criação de um sistema de compartilhamento de informações		X	
17. Discussão de Conjuntura	X		
18. Divisão do território		X	
19. Divisão do território em setores com coordenações setoriais	X	X	
20. Engajamento no Movimento de luta por moradia	X	X	
21. Escala de tarefas		X	X
22. Filiação a Entidades Nacionais	X		X
23. Financiamento coletivo		X	X
24. Grupos de Discussão	X	X	
25. Grupos de Negociação	X		
26. Organização da Vigilância do local		X	
27. Organização das atividades comerciais	X		
28. Organização de um sistema de cuidado com as crianças	X	X	
29. Organização de uma assessoria jurídica	X		
30. Organização dos serviços de manutenção	X	X	X
31. Organização e treinamento de Grupo de resistência especializado	X		
32. Orientações em caso de desocupação forçada	X		
33. Presença obrigatória nas reuniões	X		
34. Produção de artefatos para resistência à desocupação	X		
35. Rede de comunicação por whatsapp			X
36. Reuniões Periódicas	X	X	X
37. Reuniões Periódicas Sincronizadas	X		
38. “Soviet”	X		
39. Suporte à instalação de serviços	X		X
40. Zoneamento do Território	X		
Total	26	20	10

Fonte: Elaborado pelos autores.

Planejamento de alternativas aos planos oficiais

A segunda característica considerada como de frequência recorrente nas práticas relacionadas ao planejamento insurgente é a introdução de um plano, política ou outro tipo de intervenção do Estado com impacto na comunidade, que leva seus membros a estabelecerem seu próprio processo de planejamento, distinto do planejamento oficial (O'BRIEN, 2014, p. 19).

As três comunidades aqui retratadas foram impactadas pela política de desfavelização levada a efeito pelo governo local, sendo que duas delas (Vila Nova Tatetuba e Banhado) foram impactadas diretamente por programas e projetos financiados pelo BID.

A fim de evidenciar a presença deste elemento nas práticas insurgentes das três comunidades de São José dos Campos, subdividimos a análise em três subcategorias: a) ações planejadas; b) participação em espaços convidados; c) elaboração de utopias experimentais.

No Quadro 4 podemos ver o número de menções a cada uma dessas categorias durante o desenvolvimento das rodas de conversas, devendo-se ressaltar que o número de menções a determinada categoria não implica necessariamente o estabelecimento de uma hierarquização entre as categorias ou entre as atuações das comunidades. O intuito de apresentação das sínteses quantitativas é demonstrar a ênfase dada às categorias nas narrativas de cada comunidade, no contexto das rodas de conversas.

Quadro 4 – Menções a ações planejadas, espaços convidados e Utopias Experimentais.

	Pinheirinho	Tatetuba	Banhado	Total
Ação Planejada	21	17	5	43
Espaços Convidados	12	35	11	58
Utopias Experimentais	56	41	33	130

Fonte: Elaborado pelos Autores, gerado pelo Software MAXQDA®.

a) Ações Planejadas

As ações planejadas foram assim consideradas quando evidenciada a existência de elaboração de um plano antecedente à sua execução.

A existência de ação planejada se fez presente nas falas dos participantes das rodas de conversas em diversos momentos, abrangendo: (i) o planejamento urbanístico (Divisão dos lotes; Reserva de áreas para praças, escola, igreja, áreas de preservação; Abertura de ruas; Demarcação da área; Definição da metragem mínima e máxima; Zoneamento, regras para comercialização etc.); (ii) organização da resistência (Treinamento, protocolos de atuação, planejamento militar da resistência à desocupação); (iii) planejamento de ações Insurgentes (planejamento dos atos de ocupação, mapeamento da área, preparação da logística etc.); (iii) projetos específicos (Festa de 100 anos do Banhado); e (iv) influência ou tentativa de influência na formação de agenda nos espaços convidados (orçamento participativo e Comitê Gestor do Banhado).

O Quadro 5 apresenta o repertório de ações planejadas indicadas pelos representantes das comunidades.

Quadro 5 – Ações Planejadas.

	Pinheirinho	Tatetuba	Banhado
Ações Planejadas	Divisão dos lotes Reserva de áreas para praças, escola, igreja, áreas de preservação Abertura de ruas Demarcação da área Definição da metragem Regras de comercialização Zoneamento (setor destinado aos aposentados) Resistência Organizada Construção de Barricadas Resistência Planejada Treinamento de Resistência Proteção de Dados do Cadastro Protocolos de Atuação	Ocupação do Galpão Levantamento de áreas para ocupação Planejamento da Ocupação Mapeamento de Áreas Levantamento para ocupação da prefeitura Planejamento de atos Orçamento Participativo Projeto de Regularização Resistência Planejada	Festa 100 anos Participação no Comitê Gestor da APA Alargamento de ruas Implantação de rede coletora

Fonte: Elaborado pelos Autores.

b) Participação em espaços convidados

As práticas da cidadania insurgente se movem entre espaços convidados e espaços inventados. Os espaços convidados seriam aqueles sancionados pelo poder constituído que, no contexto neoliberal, têm se prestado a aplacar as mobilizações, promover a cooptação dos que se insurgem (MIRAFTAB, 2009, p.35) ou legitimar escolhas já efetuadas.

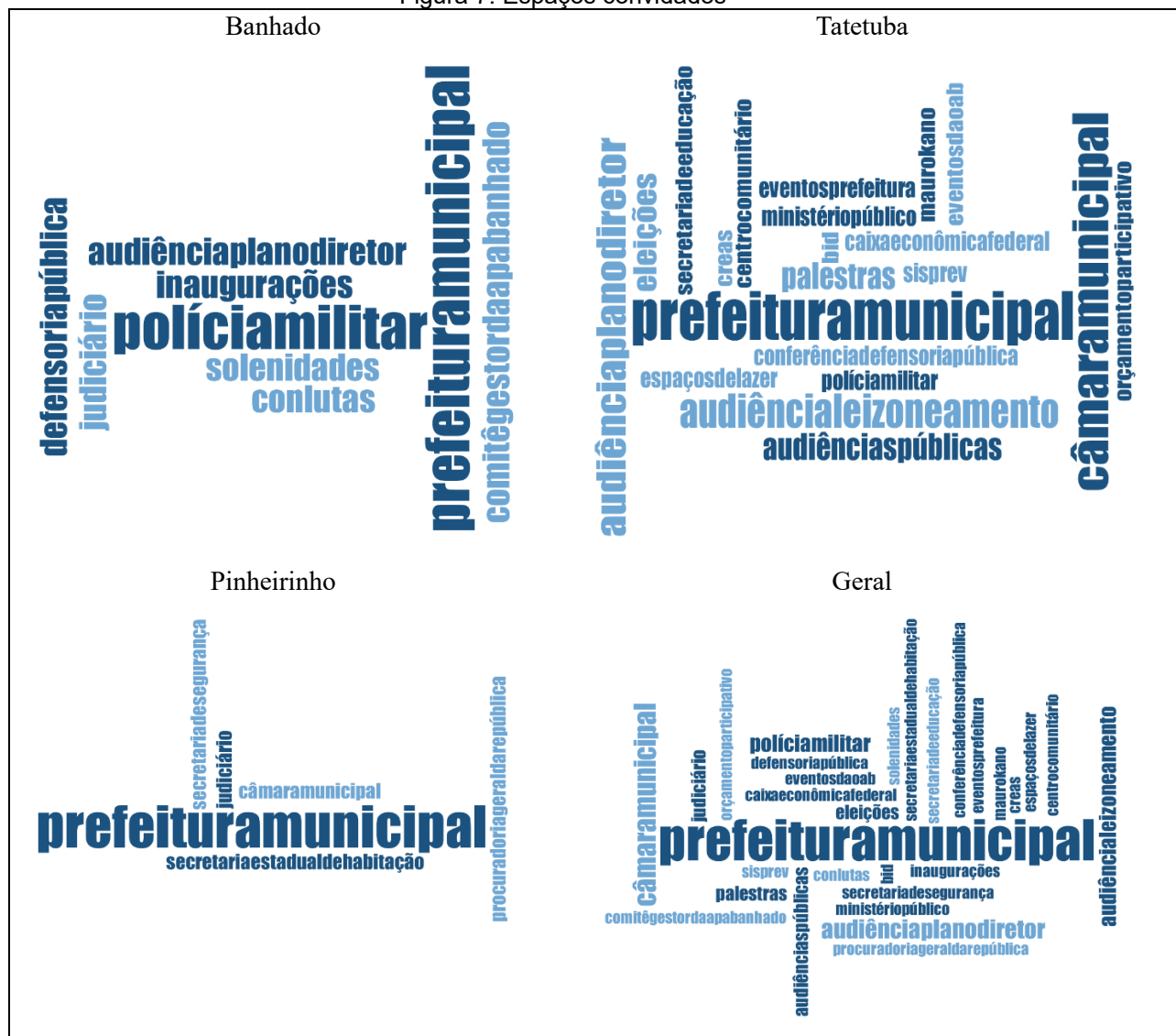
São, essencialmente, espaços de contenção da cidadania insurgente.

Entretanto, a descrença no potencial transformador/instituinte desses espaços não significa o seu abandono pelos projetos contra-hegemônicos, como restou claro nas manifestações dos participantes das rodas de conversas, considerando a possibilidade de utilização desses espaços em ações estratégicas de resistência para interromper ou diminuir o ritmo do ataque às comunidades (SANDERCOCK, 1998); para formação de alianças entre as comunidades de vítimas; para formulação de denúncias, criando constrangimentos públicos e dando visibilidade às bandeiras de luta; ou, ainda, para publicizar o conflito, demonstrando a inexistência de consenso em torno de projetos hegemônicos, desmanchando consensos que sustentam a racionalidade neoliberal (ARANTES, VAINER & MARICATO, 2000), podendo chegar até a implosão⁴ desses espaços convidados.

Em seguida, apresentamos representações gráficas das menções aos espaços convidados apontados pelos três grupos e um quadro geral com as menções de todos os grupos.

⁴ Denominamos espaços implodidos os espaços convidados subvertidos ou inviabilizados pela ação criativa contra-hegemônica.

Figura 7: Espaços convidados



Fonte: Elaborado pelo Autor, gerado pelo software MAXQDA®.

c) Utopias Experimentais

Como afirma Marilena Chauí (2008), as utopias podem ser elaboradas tanto como negação completa da sociedade realmente existente, quanto pela supressão dos seus elementos negativos e pelo desenvolvimento de seus elementos positivos (CHAUÍ, 2008, p. 7). A ideia de utopia experimental assume, aqui, o sentido da utopia possível (DUSSEL, 1998 apud CASELAS, 2009), onde “as vítimas excluídas reconhecem-se como distintas do sistema opressor e fundam um consenso motivado por uma solidariedade pulsional” (CASELAS, 2009, p. 72).

Assume, também, por compatível, a ideia da pedagogia utópica de Paulo Freire, construída no transitar entre a denúncia e o anúncio e no “inédito viável” (FREIRE, 1981):

Não há anúncio sem denúncia, assim como toda denúncia gera anúncio. Sem este, a esperança é impossível. Mas, numa autenticamente utópica, não há como falar em esperança se os braços se cruzam e passivamente se espera. Na verdade, quem espera na

pura espera vive um tempo de espera vã. A espera só tem sentido quando, cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro anunciado, que vai nascendo na denúncia militante.

[...] No momento em que estes as percebem não mais como uma 'fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser e o mais ser', se fazem cada vez mais críticos da sua ação, ligada àquela percepção. Percepção em que está implícito o inédito viável como algo definido, a cuja concretização se dirigirá, sua ação. (FREIRE, 1981, p. 48).

Portanto, mais que um amálgama ou confluência de projetos existenciais individuais ou familiares, foi possível identificar nas falas dos participantes, a existência de projetos coletivos compartilhados que transcendem as preocupações autocentradas.

Os segmentos classificados na categoria “utopia experimental” reúnem dois grandes grupos de manifestações associadas às projeções de futuro apresentadas pelos participantes.

O primeiro grupo relacionado às questões da justiça distributiva, que envolve o acesso aos bens de consumo, o fim das privações materiais, a diminuição dos sofrimentos (desconstrução de distopias) e a melhora na qualidade de vida.

Um segundo grupo de manifestações mencionam projetos de novas territorializações, sociabilidades e projetos políticos em escalas mais abrangentes.

Já a categoria Luta assume variadas acepções nos discursos dos participantes das rodas: história, embates, reivindicações, movimento, esforço, trabalho, força potencial, trajetória de vida, superação, entre outras.

A exaltação à “luta” nas falas dos participantes revela-se quase como um imperativo categórico Kantiano, a fundamentar uma justificação moral à razão da resistência. São referências às lutas concretas e simbólicas travadas pelos movimentos sociais na construção de seus projetos, que se imbricam com as histórias de vida de seus protagonistas.

Portanto, a categoria “Luta”, indicada pelas três comunidades em suas projeções, constitui uma reafirmação do compromisso ético com a “moral” da resistência na construção do futuro.

Apresentamos no Quadro 6 a síntese das categorias de utopias experimentais identificadas.

Quadro 6 – Utopias Experimentais.

Utopias Experimentais (Relacionadas a:)	Pinheirinho	Tatetuba	Banhado	Abrangência
Casa Própria	X	X	X	Familiar
Construção de novas Sociabilidades	X	X	X	Transescalar
Projetos de bairro	X	X		Bairro
Projetos de cidade	X		X	Cidade
Desconstrução de distopias	X	X		Transescalar
Prevalência do Valor de Uso		X		Transescalar
Luta	X	X	X	Transescalar
Melhora das condições materiais	X			Familiar
Moradia	X	X	X	Familiar
Projetos de Sociedade	X	X	X	Transescalar
Projetos de urbanização	X		X	Bairro
Qualidade de vida	X	X	X	Familiar
Regularização do Bairro	X	X	X	Bairro
Solidariedade dos Povos Latino-Americanos			X	Transescalar
Socialismo			X	Transescalar

Fonte: Elaborado pelos Autores.

Espaços inventados

A terceira característica do planejamento insurgente consistiria no uso de “espaços inventados” (MIRAFTAB, 2009) em meio a um repertório de ações e estratégias (O'BRIEN, 2014, p.16).

Os espaços inventados, termo cunhado por Faranak Miraftab, consiste em arranjos espaciais derivados de ações coletivas diretas, imaginativas e contra-hegemônicas que promovem uma ruptura ontológica nas relações de poder e desafiam o *status quo*.

Miraftab adverte, entretanto, que a relação entre espaços “inventados” e “convidados” não é binária ou estável (MIRAFTAB, 2016), considerada a capacidade fagocitária do capitalismo e ínsita à racionalidade neoliberal. A necessidade de constante reinvenção constitui, portanto, um desafio permanente à cidadania insurgente em seus processos políticos alternativos (HOLSTON, 2016) que integram o planejamento insurgente.

O repertório de espaços inventados informados pelos participantes das rodas de conversas inclui formas diversificadas de ação direta, predominando a ocupação de espaços.

Outras formas criativas também foram mencionadas, como a exposição de ferramentas de trabalho, a festa de comemoração dos 100 anos da ocupação do Banhado, a transformação dos muros da comunidade da Vila Nova Tatetuba em espaços de denúncia e a criação de espaços destinados aos aposentados na comunidade do Pinheirinho, designados como setor rural.

O Quadro 7 apresenta o rol de espaços inventados mencionados pelos participantes das rodas de conversa.

Quadro 7 – Espaços Inventados.

Pinheirinho	Tatetuba	Banhado
Criação do Setor Rural	Acampamento na porta dos	Alargamento de Becos
Divisão das Quadras e Lotes	ameaçados de despejo	Almoço Comunitário
Implantação de Serviços	Divisão do espaço entre as famílias	Aposseamento do
Públicos (Água e Luz)	Encontro de Moradores em	Centro Comunitário
Núcleos de discussão do	situação de Rua	Criação de Ruas
direito à moradia.	Exposição das ferramentas de	Festa de 100 anos
Ocupação Campo dos	trabalho em frente ao Carrefour	Ocupação das Vias do
Alemães	Frases nos Muros	Centro
Ocupação da Caixa	Implantação de Serviços Públicos	
Econômica Federal	Ocupação Caixa Econômica	
Ocupação da Igreja do	Federal	
Perpétuo Socorro	Ocupação da Prefeitura	
Ocupação da prefeitura.	Ocupação da sede do BID em	
Ocupação da Vargem Grande	Brasília	
Ocupação de Rodovias	Ocupação de Vias Coqueiro	
Ocupação do Campão	Ocupação do Carrefour	
Ocupação do Pinheirinho	Ocupação do Galpão	
Regulamentação do Uso e	Ocupação do Morro do Regaço	
Ocupação do Solo	Ocupação Dom Pedro	
Sementes do Pinheirinho ⁵	Ocupação Novo Horizonte	
Zoneamento do Bairro	Ocupação da Praça Afonso Pena	
	Refúgio na Igreja	
	Refúgio no Espaço Mauro Kano	
	Utilização do Espaço da Igreja para	
	Reuniões	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Insurgência de base local e processos transescalares

A quarta característica comum às práticas insertas no campo do planejamento insurgente, segundo O'Brien, consistiria na predominância da dimensão local dos conflitos, "[...] com as comunidades tratando e direcionando suas ações e demandas principalmente às autoridades locais" (O'BRIEN, 2014, p.16).

Entendemos que tal característica, identificada como presente nos estudos por ele analisados (BEARD; 2002; MEIR, 2005; MIRAFTAB, 2009; METH, 2010; SWEET and CHAKARS; 2010; e SLETTTO; 2013), não constitua requisito para caracterização de práticas insertas no campo do planejamento insurgente, pelo menos nos termos por ele apresentados.

Isto porque, conforme demonstrou Swyngedouw, a escala é produzida no processo de disputa pela apropriação e controle do lugar (SWYNGEDOUW, 2018, p. 85), devendo-se estabelecer uma nítida distinção entre a expressão territorial do conflito – que resulta dos processos transescalares de disputa pelo lugar - e a escala da ação política de resistência aos efeitos desses processos. Ou, como Vainer tem sustentado, deve-se estabelecer uma distinção “entre lutas de escalas e escalas de lutas” (VAINER, 2002, p. 24).

A disputa pela apropriação e controle do lugar gera um equilíbrio precário entre forças assimétricas, mobilizando as diversas escalas de rede e escalas de

⁵ Sementes do Pinheirinho é uma iniciativa de voluntários ligados à comunidade que promove atividades esportivas, culturais e de lazer direcionados às crianças do bairro Pinheirinho dos Palmares..

regulação (SWYNGEDOUW, 2018), que são constantemente reconfiguradas no curso do processo de espacialização da política.

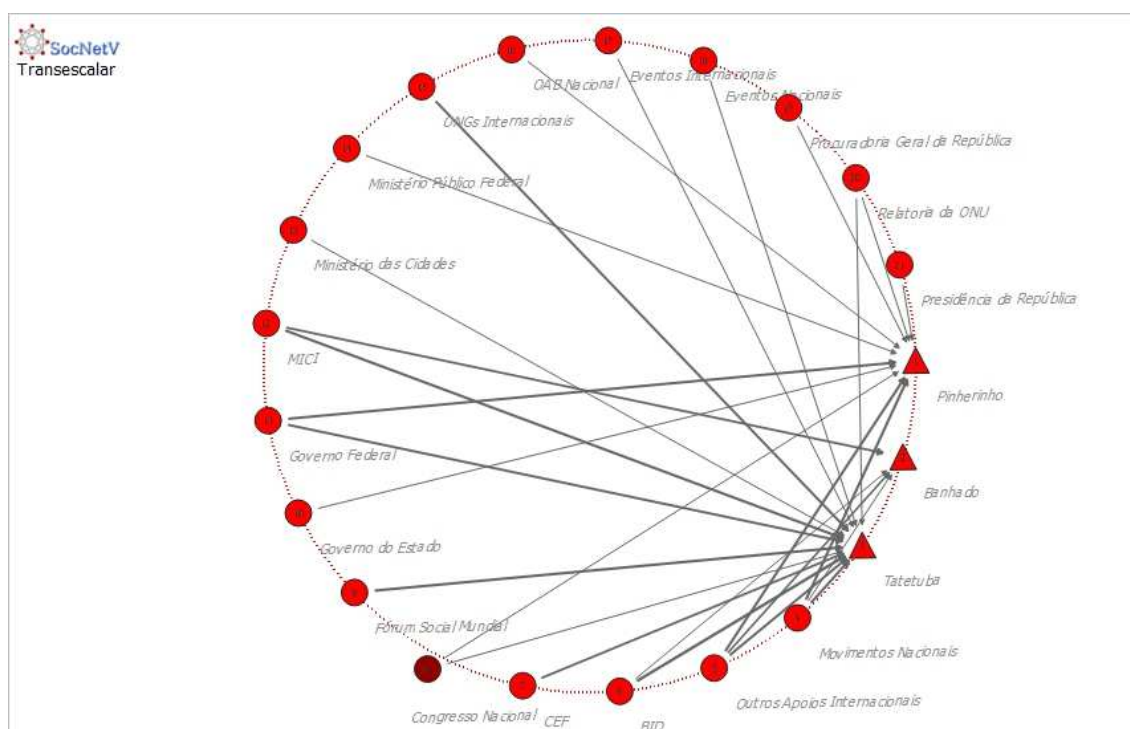
Portanto, subsumir as práticas do planejamento insurgente às ações direcionadas prioritariamente ao poder local, é desconsiderar os “modos sempre-mutantes em que fluxos e territórios se tornam condições um do outro” (MASSEY, 2015, p. 149), e, conseqüentemente, ignorar a dimensão transescalar do processo, desconhecendo que apesar de “o local, a cidade em primeiro lugar, constitui[rem] escala e arena possíveis de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas” (VAINER, 2002, p.28), a ela não se restringem, como constatado nos casos aqui apresentados. Em outros termos, as escalas não são predeterminadas, fazem-se e refazem-se no processo.

Apesar da divergência, é de se reconhecer que a sistematização proposta por O'Brien tem o mérito de permitir a introdução da questão da escala na produção teórica do planejamento insurgente, ainda em construção.

O repertório de atuações transescalares mencionadas pelos sujeitos políticos que participaram do estudo inclui o acionamento da instituição financeira internacional e dos governos estadual e federal, articulações junto ao Congresso Nacional, alianças com ONGs internacionais, participação em eventos nacionais e internacionais para formulação de denúncias e busca de apoios.

Na figura 8 podemos verificar, de acordo com a percepção dos participantes das rodas de conversa, a rede transescalar acionada por eles nas suas lutas individuais, havendo algumas instâncias em comum (BID, MICI, Governo Federal etc.) e outras acionadas somente por uma das comunidades (Governo Estadual, MPF, PGR etc.).

Figura 8: Rede de Atuações Transescalares.



Fonte: Elaborado pelos autores, gerado pelo software SocNetV®.

Buscava-se entender, quais as leituras derivadas das práxis desses sujeitos sobre as causas do engajamento (ou da não adesão) dos membros das comunidades aos projetos coletivos de resistência/insurgência que se desenvolviam.

O levantamento foi realizado a partir da transcrição das falas, com categorização em segmentos, utilizando-se o programa MAXQDA®, chegando-se à representação gráfica das Figuras 9 e 10.

Figura 9: Fatores de Coesão

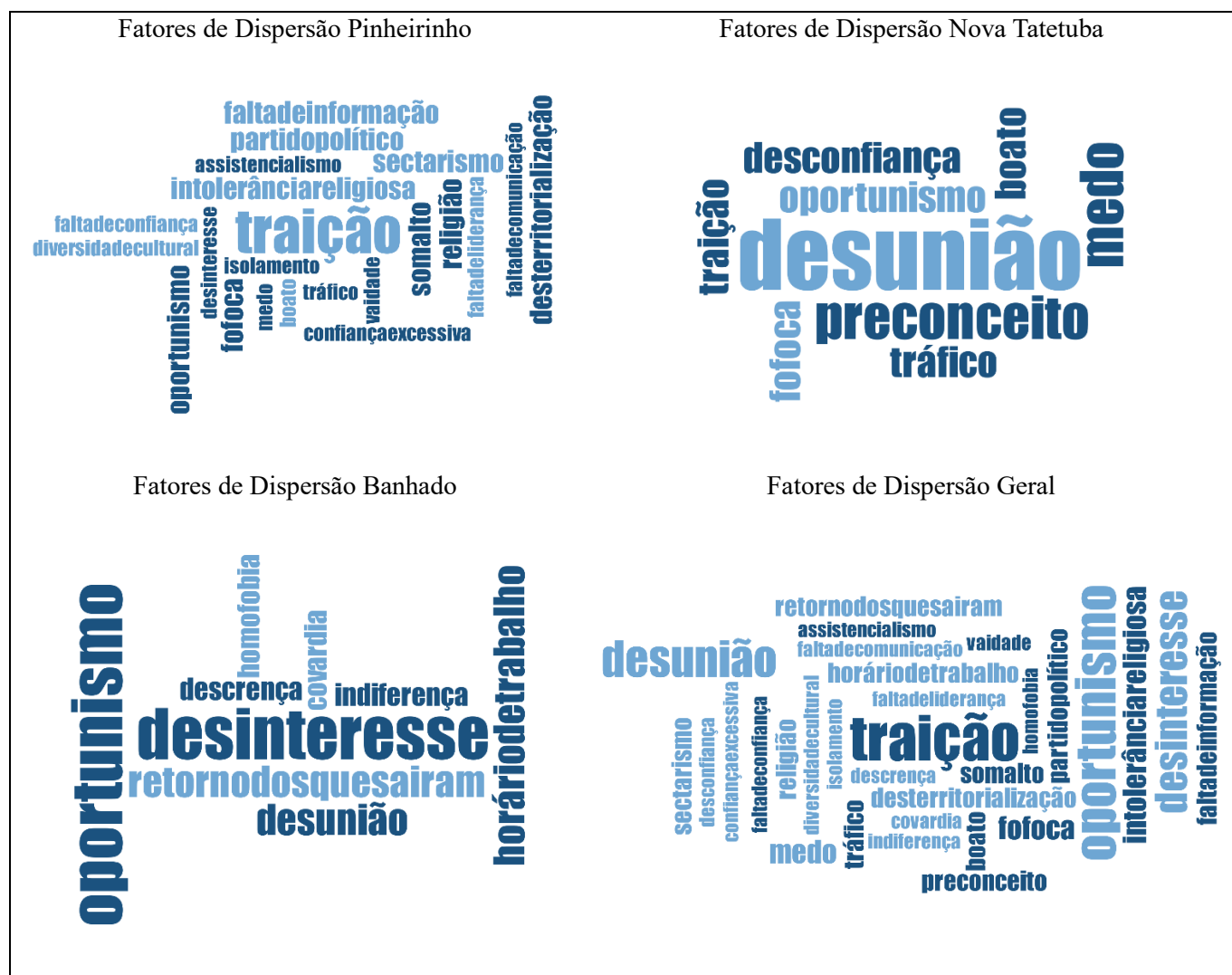


Fonte: Elaborado pelos autores, gerado pelo programa MAXQDA®

Nas falas, percebe-se a valorização da solidariedade, das relações de confiança, da ajuda mútua, da união, dos apoios externos (fator mais mencionado pelos membros da comunidade do Banhado) e da luta como categorias mais citadas nas conversas, tidos como relevantes fatores de coesão.

Quanto aos fatores de dispersão, a traição, a desunião e o desinteresse foram os motivos mais citados pelos participantes durante as rodas de conversas.

Figura 10: Fatores de Dispersão.



Fonte: Elaborado pelos autores, gerado pelo programa MAXQDA ®

CONCLUSÕES

As iniciativas contra-hegemônicas pontuais aqui retratadas – mesmo sendo fundadas em reivindicações que, em suas essências, não questionam as bases estruturais da racionalidade neoliberal, mas que, por vezes, até reforçam a mercantilização da existência e a lógica proprietária individualista de inclusão através da aquisição do status de proprietário, ao associar o êxito da luta à conquista da casa própria ou da terra legalizada – foram capazes de produzir fricção com a razão dominante, interferindo na dinâmica de produção neoliberal do espaço, interrompendo ou retardando os processos viabilizadores da acumulação por despossessão e desafiando a lógica da apropriação violenta.

A atuação transescalar criativa constitui um traço comum e distintivo dessas três experiências, que proporcionou a exposição dos mecanismos ocultos de produção neoliberal do espaço, ao trazer a instituição financeira (e

seu direito) para a arena do conflito e ao articular a atuação de uma rede de solidariedade transnacional, capaz de chamar a atenção do mundo para a violência urbanística engendrada pelo punitivismo civil reservado ao considerado não-cidadão invasor.

A sistematização dessas experiências permite-nos concluir que as práticas aqui retratadas podem ser associadas ao planejamento insurgente e que essas práticas insurgentes podem instituir direitos que podem reforçar ou problematizar a racionalidade de produção do espaço que gerou a insurgência, ampliando ou reduzindo a injustiça socioespacial.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Inácio de Carvalho Dias de. *Movimento social: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BARBOUR, R.S. & KITZINGER, J. *Developing focus groups research*. London: Sage Publications, 1999.
- BEARD, Vitoria. "Covert planning for social transformation in Indonesia". *Journal of Planning Education and Research*, 22, pp.15–25, 2002.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: TAQ, 1979.
- CASELAS, José Maria Santana. A utopia possível de Enrique Dussel: a arquitetônica da Ética da Libertação. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 15, n. 2, 2009.
- CHAUI, Marilena. Notas sobre Utopia. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 60, n. spe1, p. 7-12, Jul. 2008.
- COSTA, Sandra Maria Fonseca & FORLIN, Luiz Gustavo. Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho. *Geosul*, Florianópolis, v. 25, n. 49, p.123, jan./jun. 2010.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.
- GINJO, Milena de Mayo. *Pinheirinho: dinâmica de repressão e resistência na reconstrução dogmática do conflito fundiário urbano*. Dissertação de Mestrado, Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOUVEIA, Rosana Aparecida Ravanelli & KURKDJIAN, Maria de Lourdes N.O. *O espaço urbano e a clandestinidade: um estudo de caso dos loteamentos clandestinos no município de São José dos Campos – SP*. X Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte: ANPUR, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 95-120.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1990.

- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p. Bibliografia ISBN 85-87166-97-2 ISBN 85-237-0028-5. Ed. UFPB.
- HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. *RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.18, n.2, 191-204, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, *Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021*.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos & MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- MEIR, Avinoam. “Bedouin, the Israeli state and insurgent planning: Globalization, localization or glocalization?” *Cities*, 22 (3), pp.201-15, 2005.
- METH, Paula. “Unsettling Insurgency: Reflections on Women’s Insurgent Practices in South Africa”, *Planning Theory & Practice*, 11 (2), pp. 241–263, 2010.
- MILANO, Giovanna Bonilha. *Conflitos fundiários urbanos e Poder Judiciário*. Curitiba: Ithala, 2017.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*. Vol 8(1): 32–50, 2009.
- _____. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v.18, n.3, p.363-377, set.-dez. 2016.
- MUNIZ, Sérgio Tadeu Gonçalves & HENRIQUE, Marco Antonio. Desenvolvimento econômico regional: uma análise a partir da história econômica de São José dos Campos *Revista da Faculdade de Administração e Economia*, v. 5, n. 2, p. 55-75, 2014.
- O'BRIEN, Padraic. *Insurgent Planning and Rural Transformation: a comparison of Social Movements in Venezuela and Brazil*. Dissertação de Mestrado - University of Guelph, Ontario, Canada, 2014.
- SANDERCOCK, Leoni. “Framing Insurgent Historiographies for Planning”, in L. Sandercock (ed.) *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*. University of California Press, Berkeley, pp. 1–33, 1998.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei Municipal nº 2.007, de 16 de maio de 1978. Disponível em: <http://servicos2.sjc.sp.gov.br/legislacao/Leis/1978/2007.pdf>. Acesso em 13 de jan. 2021.
- _____. Prefeitura Municipal. *Balancete da receita*. (20/02/2021). Disponível em: https://servicos2.sjc.sp.gov.br/servicos/porta1_da_transparencia/balancete_receita.aspx. Acesso em 20 fev. 2021.
- _____. Lei Complementar Municipal nº 121 de 27/04/1995. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Cidade de São José dos Campos. Publicado no Boletim do Município em 09/06/1995.

- SLETTTO, Bjorn. "Insurgent Planning and Its Interlocutors: Studio Pedagogy as Unsanctioned Practice in Santo Domingo, Dominican Republic", *Journal of Planning Education and Research*, 33 (2), pp. 228-240, 2013.
- RESCHILIAN, Paulo Romano. *A produção de assentamentos precários em São José dos Campos: a favela Nova Tatetuba, um exemplo para análise*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, 2004.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ROSA FILHO, Artur. *As políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas o município de São José dos Campos – SP*. Dissertação de Mestrado, UNIVAP, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo. A afirmação das epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2018.
- SILVA, Douglas de Almeida. *Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no Banhado, cartão postal de São José dos Campos, SP (1937-2016)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. 2020.
- SOUZA, Jairo Salvador. *Planejamento insurgente, justiça socioespacial e o direito à cidade: práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no Século XXI*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade do Vale do Paraíba. 2021.
- SWEET, Elizabeth L., and CHAKARS, Melissa. "Identity, culture, land and language: Stories of insurgent planning in the Republic of Buryatia, Russia", *Journal of Planning Education and Research*, 30, 198–209, 2010. DOI: 10.1177/0739456X10381997.
- SWYNGEDOUW, Erik. Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalonamento . In: *Escalas espaciais, reescalonamentos e estatalidades: lições e desafios para américa latina*. Organização Carlos Antônio Brandão, Victor Ramiro Fernández, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - Rio de Janeiro: Letra Capital: observatório das metrópoles, 2018.
- TAVARES, Jeferson C.; FANTIN, Marcel. *Plano de urbanização e regularização fundiária do Banhado: Jardim Nova Esperança - São José dos Campos*. São Carlos: IAU/USP, 2019. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/447/399/1569->
- TEIXEIRA FILHO, Mario Montanha. *A atuação do Poder Judiciário nos conflitos de terra: o caso do Pinheirinho*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.
- VIANNA, Paula Carnevale. A Estância Climatérica de São José dos Campos: Condição Natural ou Construção Social? Um Resgate pela Memória. In: *Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e Doença*. Coordenação Geral da Coleção: Maria Aparecida Papali e Valéria Zanetti; Organizadora do volume: Valéria Zanetti. São Paulo: Intergraf, 2010.
- VIEIRA, Edson Trajano. *Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: O Vale do Paraíba paulista na segunda metade do Século XX*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.